# PARECER PRÉVIO - PA00 - 28/2024

| | |
|---|---|
| **PROCESSO TC/MS** | : TC/4998/2022 |
| **PROTOCOLO** | : 2166122 |
| **TIPO DE PROCESSO** | : PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO |
| **ÓRGÃO** | : MUNICÍPIO DE BELA VISTA |
| **JURISDICIONADO** | : REINALDO MIRANDA BENITES |
| **RELATOR** | : CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS |

**EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – IMPROPRIEDADE NÃO ENSEJADORA DE REJEIÇÃO DAS CONTAS – REGISTROS INTEMPESTIVOS DE LANÇAMENTOS – CONCILIAÇÃO BANCÁRIA – DISTORÇÃO – PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVA – RECOMENDAÇÃO.**

Emite-se o parecer prévio favorável à aprovação, com ressalva, das contas anuais de governo, com fundamento no art. 21, I, da Lei Complementar nº 160/2012, c/c arts. 117, 118, parágrafo único, e 119, III, do Regimento Interno - TCE/MS, expedindo-se a recomendação cabível.

## PARECER PRÉVIO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 15ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 11 a 14 de dezembro de 2023, DELIBERAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, pela emissão de **parecer prévio favorável à aprovação com ressalva** da Prestação de Contas de Governo do **Município de Bela Vista/MS**, referente ao exercício financeiro de 2021, sob a responsabilidade do Sr. **Reinaldo Mirando Benites**, Prefeito Municipal - à época, com fulcro no que dispõem o art. 21, inciso I, da Lei Complementar nº 160/2012, c/c arts. 117, 118, § único, e 119, inciso III, do Regimento Interno - TCE/MS, pelas razões expostas no relatório-voto; a fim de não incorrer nas mesmas impropriedades, nos termos do art. 185, IV, b, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS nº 98/2018, especificamente: a) pela **recomendação** à atual gestão de Bela Vista para que apresente em Notas Explicativas ou de forma detalhada nas conciliações bancárias os motivos ensejadores e as razões de fato e de direito que originaram lançamentos não escriturados pela contabilidade ou com pendência de registro pelos bancos, uma vez que os registros sintéticos verificados nas respectivas conciliações bancárias não permitem uma avaliação mais aprofundada sobre os valores envolvidos; e pela **comunicação** do resultado do julgamento ao interessado, nos termos do art. 50, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 99, do Regimento Interno - TCE/MS.

Campo Grande, 14 de dezembro de 2023.

Conselheira-Substituta **Patrícia Sarmento dos Santos** – Relatora

(Ato convocatório n. 03/2023)

**RELATÓRIO**

A Exma. Sra. Conselheira-Substituta Patrícia Sarmento dos Santos - Relatora

## 1. DO RELATÓRIO

Trata o presente processo das contas anuais de governo da **Prefeitura Municipal de Bela Vista - MS**, referente ao exercício financeiro de 2021, de responsabilidade do Sr. **REINALDO MIRANDO BENITES**, prefeito municipal à época, remetida a esta Corte de Contas, nos termos estabelecidos na Resolução TCE/MS nº 88/2018.

Finalizados os trabalhos, a equipe técnica da Divisão de Fiscalização de Contas de Governo e de Gestão – DFCGG concluiu que, mesmo após a intimação e juntada de documentos e justificativas por parte do jurisdicionado, ainda subsistiam as seguintes irregularidades:

> Em face do exposto, com fundamento no art. 110, §§ 4º e 8º, do RI/TCEMS, e art. 15, da Resolução TCE/MS n. 115/2019, considerando os procedimentos realizados, após analisadas as evidências obtidas, apresentam-se no quadro a seguir os achados evidenciados no exame:

| Item da Análise | Descrição do Achado | Situação encontrada | Critério | Evidência |
|---|---|---|---|---|
| 2.1 | Ausência ou inconformidade de peças de remessa obrigatória | Ausência de cópia dos Decretos nº 9764 e 9906<br><br>Saldo contábil não confere com o Balanço Patrimonial.<br><br>Divergência de saldo referente a conta 14370-7 com o extrato apresentado as fls. 816-817. | Resolução TCE/MS nº 88/2018, Anexo II, item 2.4.1, "B" | Decretos (peça 18)<br><br>Conciliação Bancária (peça 41)<br><br>Extratos Bancários (peça 42) |
| 5.3.4 | Distorção no Balanço Patrimonial | Constata-se ausência de registro tempestivo no Balanço Patrimonial, relativos a valores lançados pelo banco e não escriturados, no montante de R$ 989.928,88 a crédito e R$ 8.174,80 a débito. | Lei 4.320/64, artigos 85 e 89. | Conciliação bancária (peça 41)<br>Balanço Patrimonial (peça 21) |

Ato contínuo, a Procuradoria de Contas, por sua vez, acompanhou os achados da área técnica opinando pela emissão de parecer **Prévio Contrário à Aprovação** (PAR – 1ª PRC – 6946/2023):

> Ante o exposto, o Ministério Público de Contas, acompanhando a Divisão de Fiscalização de Contas de Governo e de Gestão, opina nestes autos, que o egrégio Tribunal de Contas adote o seguinte julgamento:

I – Emitir **PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO À APROVAÇÃO** das contas anuais do Município de Bela Vista, referente ao exercício financeiro de 2021, sob a responsabilidade do Sr. **REINALDO MIRANDA BENITES**, Prefeito Municipal à época dos fatos, com fulcro no inciso I do artigo 21, combinado com o inciso III do artigo 59, ambos da Lei Complementar nº 160/2012, e artigo 17, inciso I, "b" combinado com o artigo 118, Parágrafo Único, da Resolução nº 98/2018, tendo em vista a: ausência de cópia dos Decretos nº 9764 e nº 9906; saldo contábil não confere com o Balanço Patrimonial; divergência de saldo referente a conta 14370-7 com o extrato apresentado nas fls. 816/817; e a ausência de registro tempestivo no Balanço Patrimonial, relativos a valores lançados pelo banco e não escriturados, no montante de R$ 989.928,88 a crédito e R$ 8.174,80 a débito. Fatos estes que afrontam a Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 4.320/1964, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), MCASP, caracterizando as infrações previstas no artigo 42, incisos IV, V e VIII da Lei Complementar nº 160/2012;

II – **RECOMENDAR** ao atual Ordenador de Despesa, com fulcro no inciso II, do artigo 61 da Lei Complementar nº 160/2012 para que observe com maior rigor as normas legais que regem a Administração Pública, corrigindo as falhas de natureza contábil e documental, as impropriedades no processo de alteração orçamentária aqui apuradas, de forma que não voltem a ocorrer no futuro;

III – **COMUNICAR** à Câmara Municipal sobre a emissão de Parecer Prévio Contrário à Aprovação das contas anuais do Município de Bela Vista (exercício de 2021), para os fins estabelecidos no § 2º e § 6º do artigo 33 da Lei Complementar nº 160/2012.

IV – **COMUNIQUE** o resultado do julgamento aos interessados nos moldes do artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal.

É o relatório, passo ao voto.

**VOTO**

A Exma. Sra. Conselheira-Substituta Patrícia Sarmento dos Santos - Relatora

2. DO VOTO

Vieram os autos para análise e relatório-voto da Prestação de Contas de Governo da **Prefeitura Municipal de Bela Vista**, referente ao exercício financeiro de **2021**, sob a responsabilidade do Sr. **REINALDO MIRANDA BENITES**, Prefeito Municipal - à época. Os principais aspectos relativos às contas de governo estão relacionados a seguir:

## 2.1 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

O art. 165 da CF/88 define que o planejamento governamental se dará por intermédio de **três peças editadas sob a forma de lei**: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA. No caso do Município de Bela Vista, exercício 2021, o planejamento governamental foi definido por meio do PPA (Lei nº 1596/2017), da LDO (Lei nº 1.674/2020) e da LOA (Lei nº 1.675/2020), remetidos a esta Corte de Contas na Remessa nº 16701.

A autorização legislativa para o Orçamento Programa do Município de Bela Vista – MS, Lei Municipal nº 1.675/2020 (LOA), definiu para o exercício de 2021, receita estimada no valor de R$ 91.533.000,00 e despesa fixada em igual valor (peça 19 – Remessa nº 16701). De acordo com a Divisão de Fiscalização (fl.1117), no decorrer do exercício financeiro, ocorreu a abertura de créditos adicionais alterando a despesa para R$ 100.138.725,57.

## 2.2 RESPONSABILIDADE FISCAL

A análise da Responsabilidade Fiscal de cada ente da federação passa pelo crivo do cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101/2000, que impõe limites ao endividamento público, exige equilíbrio nas contas, define parâmetros para geração de despesa com pessoal e determina a existência de disponibilidade de caixa face às despesas previamente assumidas. No transcurso do exercício de 2021, o Município de Bela Vista apresentou os seguintes índices:

| **Lei de Responsabilidade Fiscal** | | |
|---|---|---|
| **Receita Corrente Líquida: R$ 105.873.984,36** | | |
| | **R$ (DFCGG)** | **%** |
| Gasto com Pessoal (Poder Executivo) | 51.025.436,41 | **48,19** |
| Disponibilidade de Caixa Líquida | 20.200.028,31 | |
| Dívida Consolidada Líquida | 7.006.251,01 | **6,62** |

Fonte: ANA - DFCGG/CCM – 3071/2023, fls. 1111-1143;

Portanto, conforme a análise da Divisão de Contas, fls. 1111-1143, restaram comprovados o cumprimento do limite de gasto com pessoal, da disponibilidade de caixa e Dívida Consolidada Líquida.

## 2.3 OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A apreciação das contas de governo passa ainda pela verificação do atendimento à norma Constitucional (CF/1988) e à Lei nº 14.113/20 (regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB) e à Lei Complementar Federal nº 141/2012

(regulamenta o art. 198, § 3º, da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde). Quanto aos limites estabelecidos pelos dispositivos, verifica-se pelo quadro abaixo que os limites constitucionais e legais foram cumpridos, conforme manifestação dos órgãos técnicos:

| Natureza do Recurso | Limite Constitucional/Legal | Valor Aplicado/2021 |
|---|---|---|
| Repasse ao Poder Legislativo | 7% | 6,68% **regular** |
| Aplicação na área de Saúde | 15% | 19,09% **regular** |
| Aplicação área da Educação | 25% | 27,44% **regular** |
| Despesa Pessoal Legislativo | 6% | 2,04% **regular** |
| Despesa Pessoal Executivo | 54% | 48,19% **regular** |

Fonte: PAR – 1ª PRC – 6946/2023, fl. 1147.

Conforme evidencia o quadro acima, as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal no que toca ao limite de gasto com pessoal, os limites estabelecidos pela Lei 141/2012, mínimo a ser aplicado em Ações e Serviços de Saúde Pública, e pela Lei Federal nº 14.113/20, gasto com manutenção e desenvolvimento do ensino, além das disposições constitucionais sobre os temas, foram atendidos

## 2.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, da Demonstração das Variações Patrimoniais, do Balanço Patrimonial e da Demonstração dos Fluxos de Caixa devem seguir a normatização explicitada nos artigos 102, 103, 104 e 105 da Lei nº 4.320/1964, na Portaria STN nº 877/2018 e atualizações, no MCASP – 8ª Edição e atualizações.

De acordo com a análise da DFCGG (fls. 1125-1130) o Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial demonstrou superávit orçamentário, resultado financeiro e patrimônio líquido positivos:

| **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO** | | |
|---|---|---|
| Excesso de arrecadação | 16,01% | Previsão Atualizada da Receita: R$ 91.533.000,00 Receita Realizada: R$ 106.192.687,61 |
| Economia na execução da despesa | 2,56% | Dotação Atualizada: R$ 100.138.725,57 Despesa Empenhada: R$ 97.565.180,79 |
| Superávit Orçamentário | R$ 8.627.506,82 | |
| **BALANÇO FINANCEIRO** | | |
| Resultado Financeiro Positivo | R$ 6.739.846,54 | |
| **BALANÇO PATRIMONIAL** | | |
| Patrimônio Líquido Apurado | R$ 41.566.458,73 | |

## 2.5. IRREGULARIDADES E IMPROPRIEDADES

Os autos em tela encontram-se conclusos a esta Relatoria, contendo a manifestação da equipe técnica e o parecer do Ministério Público de Contas sobre a prestação de contas, conforme disposto no Regimento Interno desta Corte (Resolução TCE/MS nº 98/2018). Do cotejo das peças constantes dos autos (ANA - DFCGG/CCM - 3071/2023 e PAR – 1ª PRC – 6946/2023), verifico que subsistem irregularidades quais sejam:

- Ausência ou inconformidade de peças de remessa obrigatória;
- Distorção no Balanço Patrimonial

Verifico que para fazer frente as irregularidades acima mencionadas o gestor foi intimado (INT – G.ICN – 42548/2023), apresentando justificativas e documentos os quais aprecio no cotejo com as manifestações técnicas iniciais.

### 2.5.1 Ausência ou inconformidade de peças de remessa obrigatória;

A Divisão de Fiscalização identificou (fl. 1113) que as contas de governo de Bela Vista não foram instruídas com a totalidade dos documentos de remessa obrigatória nos termos da Resolução TCE/MS nº 88/2018, Anexo II, item 2.4.1, “B”, encontrando-se ausente as seguintes peças dos autos:

| Ordem | Descrição | Apontamento |
|---|---|---|
| 16 | Cópia dos decretos que autorizam a abertura dos créditos adicionais acompanhada das respectivas publicações em veículo oficial de imprensa ou Declaração de Inocorrência de Movimento | Ausência de cópia dos Decretos nº 9764 e 9906, apresentados no Demonstrativo de Créditos Adicionais. |
| 38 | Conciliação Bancária em 31 de dezembro (Lei n° 4.320/64, art. 85) | Saldo contábil não confere com o Balanço Patrimonial.<br><br>Divergência de saldo referente a conta 14370-7 com o extrato apresentado as fls. 816-817. |
| 39 | Extrato Bancário com saldo em 31 de dezembro consolidado | Ausência da totalidade dos extratos bancários, conforme APENDICE G |

Fonte: ANA – DFCGG/CCM – 3071/2023, fl. 1113

Em sua defesa, o jurisdicionado informa, fl. 1159, o encaminhamento das cópias dos decretos modificativos do orçamento nº 9764 e 9906 e os extratos ausentes. Apresentou relação de contas bancárias e os valores constantes em cada uma delas em 31/12 do corrente ano e justificou que no tocante à conta nº 347215-5, Agência 1144-6, houve um erro sistêmico e a conciliação bancária incluiu equivocadamente a

respectiva conta. Esclareceu ainda que o sistema contábil exportou algumas conciliações inativas de forma indevida.

De posse das justificativas e da documentação encaminhada, verifico que restaram comprovadas as disponibilidades de caixa, com base nas conciliações realizadas, em que pese existir ainda valores lançados pelo banco não escriturados na monta de R$ 980.763,74, ou seja, 4,18% do total evidenciado na conta caixa e equivalente de caixa, e outros R$ 372.419,53 relativo a valores escriturados e não lançados pelo banco, 1,59%. A seguir apresento os valores conciliados com base nas justificativas e documentos apresentados:

| Código da Agência | Número da Conta | Valores lançados pelo banco não escriturados | Saldo Contábil | Número da Conta | Valores escriturados não lançados pelo banco | Saldo Extrato | Fls. Extrato |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1144-6 | 0129-0 | | 0 | 0129-0 | | 0 | |
| 1144-6 | 0134-7 | | 24,37 | 0134-7 | | 24,37 | 1166 |
| 1144-6 | 0177-0 | | 91.910,17 | 0177-0 | | 91.910,17 | 868 |
| 1144-6 | 0178-9 | | 67,53 | 0178-9 | | 67,53 | 814/815 |
| 1144-6 | 0182-7 | | 78,88 | 0182-7 | | 78,88 | 870 |
| 1144-6 | 0205-0 | -1.924,51 | 2.227,25 | 0205-0 | 14 | 288,74 | 168 |
| 0681-5 | 0757-9 | 8.158,38 | 12.086,04 | 0757-9 | | 20.244,42 | 822 |
| 0681-5 | 0772-2 | | 38.734,83 | 0772-2 | | 38.734,83 | 1169 |
| 0681-5 | 0773-0 | | 1.490,18 | 0773-0 | | 1.490,18 | 770/771 |
| 0681-5 | 0774-9 | | 2.687,74 | 0774-9 | | 2.687,74 | 772/773 |
| 0267-4 | 10123-0 | -18.304,66 | 28.639,87 | 10123-0 | | 10.335,21 | 1171 |
| 0267-4 | 10169-9 | | 0,88 | 10169-9 | | 0,88 | 848 |
| 0267-7 | 10197-4 | | 1,28 | 10197-4 | | 1,28 | 847 |
| 0267-4 | 10365-9 | -21.533,63 | 81.861,39 | 10365-9 | | 60.327,76 | 1172 |
| 0267-4 | 10737-9 | | 45.425,34 | 10737-9 | | 45.425,34 | 1173 |
| 0267-4 | 11510-X | | 675,96 | 11510-X | | 675,96 | 722 |
| 0267-4 | 11511-8 | | 2.062,19 | 11511-8 | | 2.062,19 | 723 |
| 0267-4 | 11512-6 | | 38,34 | 11512-6 | | 38,34 | 724 |
| 0267-4 | 11513-4 | | 30,49 | 11513-4 | | 30,49 | 725 |
| 0267-4 | 11514-2 | | 8,05 | 11514-2 | | 8,05 | 726 |
| 0267-4 | 11694-7 | | 33,67 | 11694-7 | | 33,67 | 727 |
| 0267-4 | 11695-5 | | 7,21 | 11695-5 | | 7,21 | 730 |
| 0267-4 | 12119-3 | | 0,12 | 12119-3 | | 0,12 | 641 |
| 0267-4 | 12120-7 | | 0,43 | 12120-7 | | 0,43 | 640 |
| 0267-4 | 15541-1 | | 20,19 | 15541-1 | | 20,19 | 1174 |
| 0267-4 | 12208-4 | | 2.130.966,88 | 12208-4 | | 2.130.966,88 | 1175 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0267-4 | 12209-2 | | 401.751,91 | 12209-2 | | 401.751,91 | 1176 |
| 0267-4 | 12417-6 | 16,42 | 0,04 | 12417-6 | | 16,42 | 1177 |
| 0267-4 | 12658-6 | | 7.220,89 | 12658-6 | | 7.220,89 | 732 |
| 0267-4 | 1352-8 | -6.516,99 | 278.834,87 | 1352-8 | 1.035,81 | 271.282,07 | 1178 |
| 0267-4 | 13761-8 | | 14,24 | 13761-8 | | 14,24 | 710 |
| 0267-4 | 13961-0 | | 0,77 | 13961-0 | | 0,77 | 642 |
| 0267-4 | 14002-3 | | 11,28 | 14002-3 | | 11,28 | 705 |
| 0681-5 | 14370-7 | -363.953,54 | 368.339,85 | 14370-7 | | 4.386,31 | 1212 |
| 0267-4 | 14607-2 | | 0,12 | 14607-2 | | 0,12 | 643 |
| 0267-4 | 14617-X | | 1,6 | 14617-X | | 1,6 | 706 |
| 0267-4 | 14728-8 | | 6,94 | 14728-8 | | 6,94 | 1179 |
| 0267-4 | 1515-8 | | 31.143,31 | 1515-8 | | 31.143,31 | 802 |
| 0267-4 | 15455-5 | | 6.850,73 | 15455-5 | | 6.850,73 | 842 |
| 0267-4 | 15510-1 | | 0,09 | 15510-1 | | 0,09 | 737 |
| 0267-4 | 15517-9 | | 308,75 | 15517-9 | | 308,75 | 736 |
| 0267-4 | 15571-3 | | 0,93 | 15571-3 | | 0,93 | 1180 |
| 0267-4 | 15605-1 | | 23.295,54 | 15605-1 | | 23.295,54 | 1181 |
| 0267-4 | 15993-X | | 4,97 | 15993-X | | 4,97 | 1182 |
| 0267-4 | 16171-3 | | 0 | 16171-3 | | 0 | |
| 0267-4 | 16172-1 | | 1.370,73 | 16172-1 | | 1.370,73 | 1183 |
| 0267-4 | 16192-6 | | 3,43 | 16192-6 | | 3,43 | 1184 |
| 0267-4 | 16293-0 | | 0,14 | 16293-0 | | 0,14 | 811 |
| 0267-4 | 16499-2 | | 7,17 | 16499-2 | | 7,17 | 738 |
| 0267-4 | 16514-x | | 20,11 | 16514-x | | 20,11 | 1185 |
| 0267-4 | 16546-8 | | 3.180,08 | 16546-8 | | 3.180,08 | 1186 |
| 0267-4 | 16957-9 | -444,53 | 444,53 | 16957-9 | | 0 | |
| 0267-4 | 17107-7 | -3.738,23 | 3.738,23 | 17107-7 | | 0 | |
| 0267-4 | 17108-5 | -58.755,32 | 63.234,78 | 17108-5 | -45 | 4.524,46 | 742 |
| 0267-4 | 17109-3 | -8.022,24 | 8.030,15 | 17109-3 | | 7,91 | 740 |
| 0267-4 | 1711-0 | -2.249,00 | 5.677,60 | 1711-0 | | 3.428,60 | 744 |
| 0267-4 | 17259-6 | | 701,83 | 17259-6 | | 701,83 | 760 |
| 0267-4 | 17577-3 | | 0,39 | 17577-3 | | 0,39 | 1187 |
| 0267-4 | 1760-7 | | 694,04 | 1760-7 | | 694,04 | 746 |
| 0267-4 | 17637-0 | | 66,06 | 17637-0 | | 66,06 | 851 |
| 0267-4 | 17794-6 | | 0 | 17794-6 | | 0 | |
| 0267-4 | 180000-0 | -100.694,19 | 4.239.581,70 | 180000-0 | | 4.138.887,51 | 831 |
| 0267-4 | 18272-9 | -2.830,60 | 2.830,60 | 18272-9 | | 0 | |
| 0267-4 | 18712-7 | -400,5 | 400,5 | 18712-7 | | 0 | |
| 0267-4 | 18718-6 | -198,84 | 198,84 | 18718-6 | | 0 | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0267-4 | 18826-3 | -19.412,57 | 30.445,29 | 18826-3 | -255 | 11.287,72 | 648 |
| 0267-4 | 18934-0 | | 16.117,90 | 18934-0 | | 16.117,90 | 1188 |
| 0267-4 | 1909-9 | | 0 | 1909-9 | | 0 | |
| 0267-4 | 19716-5 | | 41,09 | 19716-5 | | 41,09 | 758 |
| 0267-4 | 19828-5 | -1.719,26 | 1.719,26 | 19828-5 | | 0 | |
| 0267-4 | 19908-7 | | 8.806,57 | 19908-7 | | 8.806,57 | 754 |
| 0267-4 | 19909-5 | | 29.828,71 | 19909-5 | | 29.828,71 | 752 |
| 0267-4 | 19910-9 | | 436,95 | 19910-9 | | 436,95 | 756 |
| 0267-4 | 1991-7 | | 24,35 | 1991-7 | 15,13 | 9,22 | 1189 |
| 0267-4 | 1993-3 | | 7.929,54 | 1993-3 | 7.927,83 | 1,71 | 638 |
| 0267-4 | 19943-5 | | 76,58 | 19943-5 | | 76,58 | 1190 |
| 0267-4 | 20011-5 | | 80,85 | 20011-5 | | 80,85 | 827 |
| 0267-4 | 20088-3 | -3.686,09 | 23.831,31 | 20088-3 | | 20.145,22 | 762 |
| 0267-4 | 20089-1 | | 10.536,84 | 20089-1 | | 10.536,84 | 764 |
| 0267-4 | 20105-7 | -721,28 | 30.380,21 | 20105-7 | | 29.658,93 | 766 |
| 0267-4 | 20246-0 | | 893,61 | 20246-0 | | 893,61 | 1191 |
| 0267-4 | 20247-9 | | 17.983,89 | 20247-9 | | 17.983,89 | 1192 |
| 0267-4 | 20278-9 | | 19.221,10 | 20278-9 | | 19.221,10 | 774 |
| 0267-4 | 20433-1 | | 1.543,19 | 20433-1 | | 1.543,19 | 768 |
| 0267-4 | 20436-6 | -2.618,60 | 10.782,75 | 20436-6 | 2.930,00 | 5.234,15 | 1193 |
| 0267-4 | 20437-4 | | 834,01 | 20437-4 | | 834,01 | 649 |
| 0267-4 | 20457-9 | | 0 | 20457-9 | | 0 | |
| 0267-4 | 20600-8 | | 48,29 | 20600-8 | | 48,29 | 834 |
| 0267-4 | 20810-8 | | 1.270,03 | 20810-8 | | 1.270,03 | 671 |
| 0267-4 | 21030-7 | | 28.135,38 | 21030-7 | | 28.135,38 | 1194 |
| 0267-4 | 21182-6 | | 23.925,90 | 21182-6 | | 23.925,90 | 673 |
| 0267-4 | 21193-1 | | 28.393,25 | 21193-1 | | 28.393,25 | 1195 |
| 0267-4 | 21389-6 | | 50.309,83 | 21389-6 | | 50.309,83 | 779 |
| 0267-4 | 21569-4 | | 14.458,75 | 21569-4 | | 14.458,75 | 1196 |
| 0267-4 | 21681-X | -49,85 | 2.267,15 | 21681-X | | 2.217,30 | 662 |
| 0267-4 | 21682-8 | | 250,09 | 21682-8 | | 250,09 | 658 |
| 0267-4 | 21683-6 | | 5.403,94 | 21683-6 | | 5.403,94 | 660 |
| 0267-4 | 21685-2 | -4.371,29 | 11.234,52 | 21685-2 | | 6.863,23 | 656 |
| 0267-4 | 21687-9 | -1.893,94 | 12.125,90 | 21687-9 | | 10.231,96 | 654 |
| 0267-4 | 21692-5 | -37.348,06 | 43.185,36 | 21692-5 | | 5.837,26 | 652 |
| 0267-4 | 21971-1 | | 0,74 | 21971-1 | | 0,74 | 1197 |
| 1144-6 | 22076-9 | | 0 | 22076-9 | | 0 | |
| 0267-4 | 22299-2 | | 0 | 22299-2 | | 0 | 628 |
| 0267-4 | 22467-7 | | 1.116,88 | 22467-7 | | 1.116,88 | 876 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0267-4 | 22576-2 | | 6.370,45 | 22576-2 | | 6.370,45 | 781 |
| 0267-4 | 22605-X | | 0 | 22605-X | | 0 | |
| 0267-4 | 22639-4 | -9.358,60 | 99.048,65 | 22639-4 | | 89.690,05 | 663 |
| 0267-4 | 22652-1 | -6.857,50 | 354.138,19 | 22652-1 | | 347.280,69 | 665 |
| 0267-4 | 22690-4 | -16.682,92 | 58.659,54 | 22690-4 | | 41.976,62 | 1198 |
| 0267-4 | 22720-X | | 8.084,14 | 22720-X | | 8.084,14 | 873 |
| 0267-4 | 22766-8 | | 0 | 22766-8 | | 0 | |
| 0267-4 | 22829-X | | 0 | 22829-X | | 0 | |
| 0267-4 | 22902-4 | | 0 | 22902-4 | | 0 | |
| 0267-4 | 22904-0 | | 0 | 22904-0 | | 0 | |
| 0267-4 | 22923-7 | | 376.050,25 | 22923-7 | | 376.050,25 | 1199 |
| 0267-4 | 23386-2 | | 333.874,65 | 23386-2 | | 333.874,65 | 881 |
| 0267-4 | 23562-8 | -31,35 | 28.926,39 | 23562-8 | | 28.895,04 | 883 |
| 0267-4 | 23771-X | | 0 | 23771-X | | 0 | |
| 0267-4 | 23832-5 | | 65.922,38 | 23832-5 | | 65.922,38 | 634 |
| 0267-4 | 23834-1 | | 28.313,09 | 23834-1 | | 28.313,09 | 632 |
| 0267-4 | 23836-8 | | 26.281,62 | 23836-8 | | 26.281,62 | 630 |
| 0267-4 | 23884-8 | | 180.348,31 | 23884-8 | | 180.348,31 | 667/668 |
| 0267-4 | 23886-4 | | 691,28 | 23886-4 | | 691,28 | 886 |
| 0267-4 | 23887-2 | | 8.594,15 | 23887-2 | | 8.594,15 | 670 |
| 0267-4 | 24045-1 | | 18.250,56 | 24045-1 | | 18.250,56 | 636 |
| 0267-4 | 24056-7 | | 203.900,37 | 24056-7 | | 203.900,37 | 889 |
| 0267-4 | 24766-9 | | 40.490,65 | 24766-9 | | 40.490,65 | 1200 |
| 0267-4 | 24878-9 | -255 | 333.238,28 | 24878-9 | | 332.983,28 | 691 |
| 0267-4 | 24879-7 | | 0 | 24879-7 | | 0 | |
| 0267-4 | 24903-3 | | 40.190,55 | 24903-3 | | 40.190,55 | 694 |
| 0267-4 | 283141-4 | | 175.635,06 | 283141-4 | | 175.635,06 | 855 |
| 0267-4 | 3878-4 | -178.388,55 | 769.565,97 | 3878-4 | 338.191,99 | 252.985,43 | 783 |
| 0267-4 | 4112-2 | -500,3 | 50.994,73 | 4112-2 | | 50.494,43 | 838 |
| 0267-4 | 4191-2 | | 706.006,70 | 4191-2 | 59.972,99 | 646.033,71 | 807 |
| 0267-4 | 5060-1 | | 2.687,54 | 5060-1 | | 2.687,54 | 849 |
| 0267-4 | 510018766-6 | -5.305,12 | 6.191,54 | 510018766-6 | | 886,42 | 750/751 |
| 0267-4 | 5599-9 | -58,5 | 3.258,03 | 5599-9 | | 3.199,53 | 1201 |
| 0267-4 | 5608-1 | -70.000,00 | 1.347.735,43 | 5608-1 | | 1.277.735,43 | 1202 |
| 0267-4 | 58040-6 | | 115,2 | 58040-6 | | 115,2 | 709 |
| 0267-4 | 58041-4 | | 0,27 | 58041-4 | | 0,27 | 715 |
| 0267-4 | 5873-4 | | 17.654,22 | 5873-4 | | 17.654,22 | 818 |
| 0267-4 | 5876-9 | | 0,03 | 5876-9 | | 0,03 | 639 |
| 0267-4 | 5883-1 | | 49,96 | 5883-1 | | 49,96 | 1203 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0267-4 | 6027-5 | -4.497,60 | 7.492.407,80 | 6027-5 | | 7.487.910,20 | 861 |
| 0267-4 | 6067-4 | | 48,77 | 6067-4 | | 48,77 | 1205 |
| 1144-6 | 624020-3 | -467 | 663.928,33 | 624020-3 | | 663.461,33 | 702 |
| 1144-6 | 624021-1 | | 0 | 624021-1 | | 0 | |
| 0267-4 | 6328-2 | | 4.947,28 | 6328-2 | | 4.947,28 | 864 |
| 1144-6 | 647088-8 | | 0 | 647088-8 | | 0 | |
| 1144-6 | 647106-0 | | 0,01 | 647106-0 | | 0,01 | |
| 1144-6 | 647220-1 | | 0 | 647220-1 | | 0 | |
| 1144-6 | 647229-5 | | 0 | 647229-5 | | 0 | |
| 1144-6 | 647236-8 | | 0 | 647236-8 | | 0 | 879 |
| 1144-6 | 647247-3 | | 0 | 647247-3 | | 0 | |
| 1144-6 | 647248-1 | | 38.741,18 | 647248-1 | | 38.741,18 | 892 |
| 0267-4 | 6478-5 | | 29 | 6478-5 | | 29 | 712 |
| 0267-4 | 6479-3 | | 47,95 | 6479-3 | | 47,95 | 714 |
| 0267-4 | 6533-1 | | 23,19 | 6533-1 | | 23,19 | 1206 |
| 0267-4 | 6569-2 | | 337,85 | 6569-2 | | 337,85 | 711 |
| 0267-4 | 6649-4 | | 627.857,86 | 6649-4 | | 627.857,86 | 1207 |
| 1144-6 | 672009-4 | | 222.001,97 | 672009-4 | | 222.001,97 | 1208 |
| 0267-4 | 6984-1 | | 1,73 | 6984-1 | | 1,73 | 813 |
| 0267-4 | 6985-x | | 34,08 | 6985-x | | 34,08 | 812 |
| 0267-4 | 7052-1 | -2.884,00 | 2.884,25 | 7052-1 | | 0,25 | 1209 |
| 0267-4 | 7163-3 | | 0,91 | 7163-3 | | 0,91 | 716 |
| 0267-4 | 7256-7 | | 0,63 | 7256-7 | | 0,63 | 1210 |
| 0267-4 | 8085-3 | | 0,29 | 8085-3 | | 0,29 | 644 |
| 0267-4 | 8124-8 | | 2,58 | 8124-8 | | 2,58 | 1211 |
| 0267-4 | 8448-4 | -31.602,68 | 214.681,55 | 8448-4 | -37.368,22 | 220.447,07 | 721 |
| 0267-4 | 8450-6 | | 18.092,58 | 8450-6 | | 18.092,58 | 846 |
| 0267-4 | 9518-4 | | 51,65 | 9518-4 | | 51,65 | 708 |
| | 4146 | -661,7 | 571.233,43 | 4146 | | 571.895,13 | 1229 |
| | 8206 | | 5.707,74 | 8206 | | 5.707,74 | 1232 |
| **TOTAL** | | **-R$ 980.763,74** | **R$ 23.475.017,82** | | **372.419,53** | **R$ 22.123.157,85** | |

Verifico ainda que os decretos de nº 9764/2021 e 9906/2021, ausentes da primeira remessa, foram devidamente anexados aos autos às fls. 1164-1165 sanando a irregularidade inicialmente aventada.

Nesse contexto, entendo oportuno recomendar à atual gestão de Bela Vista para que apresente em Notas Explicativas ou de forma detalhada nas conciliações bancárias os motivos ensejadores e as razões de fato e de direito que originaram

lançamentos não escriturados pela contabilidade ou com pendência de registro pelos bancos, uma vez que os registros sintéticos verificados nas respectivas conciliações bancárias não permitem uma avaliação mais aprofundada sobre os valores envolvidos.

### 2.5.2 Distorção no Balanço Patrimonial;

Conforme apresentado no tópico anterior, do cotejo entre a conciliação bancária (fls. 568-627), os extratos bancários remetidos inicialmente às fls. 628-997, e as novas remessas dos extratos e conciliações apresentadas às fls. 1166-1237, verifica-se que existem registros intempestivos de lançamentos, conforme quadro resumo a seguir:

| | Valores lançados pelo banco não escriturados | Saldo Contábil | Valores escriturados não lançados pelo banco | Saldo Extrato |
|---|---|---|---|---|
| **TOTAL** | **-R$ 980.763,74** | **R$ 23.475.017,82** | **372.419,53** | **R$ 22.123.157,85** |

Em sua justificativa (fl. 1162), o jurisdicionado solicita um prazo para adequações da situação em tela, face a necessidade de trabalho conjunto entre a Procuradoria e controladoria interna e de recolher a documentação apta a realização os registros adequadamente. Nesse sentido, e em razão dos valores lançados pelo banco não escriturados pela contabilidade perfazer 4,18% do total das disponibilidades de caixa e os valores escriturados não lançados pelo banco, resultar em 1,59% do caixa, entendo suficiente a recomendação apresentada no tópico anterior, ponderando a necessidade de se realizar os registros tempestivamente.

Neste sentido, o Tribunal de Contas de São Paulo expediu orientação aos jurisdicionados acerca da elaboração da Conciliação Bancária:

> "A Conciliação Bancária se refere ao procedimento que visa comparar a movimentação financeira das contas correntes e sua escrituração contábil, **evidenciando de forma detalhada** as possíveis diferenças existentes, informando quais registros deixaram de ser computados em um ou outro, para fins de controle e eventuais ajustes.
>
> Em se tratando de um procedimento que irá assegurar o gerenciamento financeiro e o cumprimento dos princípios da oportunidade e fidedignidade das informações contábeis, deve ser elaborado com segregação de função, de forma contínua e ininterrupta.
>
> [...]
>
> 1. Detalhamentos das diferenças apuradas nas conciliações:
>
> Quando os saldos do banco e da contabilidade não forem iguais, será necessário explicar a diferença entre estes valores. Tal explicação se dará por meio de quatro

situações:

a. Valores lançados pela contabilidade e não creditados pelo banco;

b. Valores lançados pela contabilidade e não debitados pelo banco;

c. Valores creditados pelo banco e não lançados pela contabilidade;

d. Valores debitados pelo banco e não lançados pela contabilidade.

Importante lembrar que em cada explicação fornecida para as situações acima descritas, o órgão deve demonstrar de forma "**detalhada**" a composição do valor declarado, informando também a data e o histórico do fato. (Disponível em https://www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/images/Procedimentos-para-preenchim-e-envio-da-Conciliacao-Bancaria-V1a.pdf Acesso em 16/11/2023).

Sendo assim, considerando a materialidade dos valores envolvidos nas diferenças de conciliação acima descritas, ocasionando, conforme manifestação técnica de fl. 1132, distorção no Balanço Patrimonial da Municipalidade, opto pela ressalva e recomendação ao gestor e sua equipe técnica no sentido de elaborar a conciliação bancária de forma detalhada, fazendo constar no campo específico do demonstrativo em xml, a data e o histórico de cada uma das divergências eventualmente apontadas.

## 2 DAS IRREGULARIDADES/IMPROPRIEDADES ENSEJADORAS DE EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL COM RESSALVA E DAS RECOMENDAÇÕES

| IRREGULARIDADE/IMPROPRIEDADE | DISPOSITIVO LEGAL | DESFECHO |
|---|---|---|
| Registros intempestivos de lançamentos – Conciliação Bancária – Distorção | Lei 4.320/64<br>MCASP<br><br>Princípios da Oportunidade e Fidedignidade. | **RECOMENDAÇÃO**<br><br>Elaborar a conciliação bancária de forma detalhada, fazendo constar no campo específico do demonstrativo em xml, a data e o histórico de cada uma das divergências eventualmente apontadas. |

## DISPOSITIVO

Diante do exposto, consubstanciado na análise da Divisão de Fiscalização de Contas de Governo e de Gestão (DFCGG) e no parecer do Ministério Público de Contas e, com fundamento no art. 80, §1º do Regimento Interno deste TCE/MS, **VOTO**:

1. Pela emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO COM RESSALVA** da Prestação de Contas de Governo do Município de Bela Vista/MS, referente ao exercício financeiro de 2021, sob a responsabilidade do Sr. **REINALDO MIRANDO BENITES**, Prefeito Municipal - à época, com fulcro no que dispõem o art. 21, inciso I, da Lei Complementar nº 160/2012, c/c arts. 117, 118, § único, e 119, inciso III, do Regimento Interno - TCE/MS, pelas razões expostas no relatório-voto;

2. A fim de não incorrer nas mesmas impropriedades, nos termos do art. 185, IV, b, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS nº 98/2018, especificamente:

a. Pela **RECOMENDAÇÃO** à atual gestão de Bela Vista para que apresente em Notas Explicativas ou de forma detalhada nas conciliações bancárias os motivos ensejadores e as razões de fato e de direito que originaram lançamentos não escriturados pela contabilidade ou com pendência de registro pelos bancos, uma vez que os registros sintéticos verificados nas respectivas conciliações bancárias não permitem uma avaliação mais aprofundada sobre os valores envolvidos;

3. Pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento ao interessado, nos termos do art. 50, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 99, do Regimento Interno - TCE/MS.

**DELIBERAÇÃO**

Como consta na ata, a deliberação foi por unanimidade, firmada nos termos do voto da Relatora, pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação, com ressalva, da prestação de contas anuais de governo e pela recomendação.

Presidência do Exmo. Sr. Conselheiro Jerson Domingos.

Relatoria da Exma. Sra. Conselheira-Substituta Patrícia Sarmento dos Santos.

Tomaram parte na deliberação os Exmos. Srs. Osmar Domingues Jeronymo, Marcio Campos Monteiro, Flávio Kayatt e os Exmos. Srs. Conselheiros-Substitutos Celio Lima de Oliveira e Leandro Lobo Ribeiro Pimentel.

Presente o Exmo. Sr. Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, João Antônio de Oliveira Martins Júnior.

Campo Grande, 14 de dezembro de 2023.

Conselheira-Substituta **PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**

Relatora (Ato Convocatório n. 03/2023)

PMS